

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas

Brasil

Kruter Flores, Rafael

Acerto de contas com a Administração: uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro
Ramos

Cadernos EBAPE.BR, vol. 5, núm. 4, diciembre, 2007, pp. 1-11

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323228068004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Acerto de contas com a Administração: uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro Ramos

Paying back Management: reflexion on the readings of Tragtenberg, Motta and Guerreiro Ramos

Rafael Kruter Flores¹

Resumo

Este ensaio é um acerto de contas com minha graduação em Administração. A partir de uma revisão de Tragtenberg (1980), Motta (1986) e Guerreiro Ramos (1989), pretende mostrar que as idéias apresentadas pelos autores de que a teoria das organizações é ideológica e ingênua contribuem para se compreender a posição (ideologia) e os propósitos (instrumentos) das teorias administrativas ensinadas em cursos de graduação. Uma vez que as ciências sociais passaram a teorizar em nível organizacional, sem considerar a totalidade social, libertaram-se dos designios da razão que constituíram sua motivação primeira, orientando-se por uma determinação estritamente instrumental e econômica. Os autores brasileiros revisados indicam que é somente recuperando o sentido original da razão e desvendando ideologias (como Motta se refere à obra de Tragtenberg) que será possível construir um corpo teórico adequado à realidade, e acertar as contas com teorias ideológicas e ciências ingênuas.

Palavras-chave: ciência, capitalismo, razão, racionalidade instrumental.

Abstract

This essay is a payback to my graduation in the Management course. Through the reading of Tragtenberg (1980), Motta (1986) e Guerreiro Ramos (1989), I want to show that these author's ideas (the organization theory is ideological and ingenious) contribute to the understanding of the position (ideology) and purposes (instruments) of management theories taught in graduation courses. From the moment social sciences began to theorize in an organizational level, they set themselves free from reason, which has constituted them before, and started to be oriented by an economic and instrumental determination. These brazilian authors reveal that it is only by recuperating the original sense of 'reason' and unmasking ideologies (the way Motta refers to Tragtenberg) that will be possible to build up a theoretical body adjusted to reality, and payback ideological theories and ingenuous sciences.

Keywords: Management, ideology, reason

Apresentação

Este ensaio é um acerto de contas com minha graduação em Administração. As teorias administrativas, tais como foram apresentadas no curso de dez semestres, são facilmente desvendadas e desmascaradas em análises de diversos teóricos das organizações. Especificamente três autores brasileiros, Tragtenberg (1980), Motta (1986) e Guerreiro Ramos (1989), colocam em questão o tipo de formação que milhares de alunos recebem em cursos de Administração, todos os anos, no Brasil.

¹ Mestre em Administração, PPGA/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor substituto. Rua Carlos Trein Filho, 638, bairro Mont Serrat – Porto Alegre/RS – Brasil – CEP 90450-120 . E-Mail: rafakf@portoweb.com.br

Artigo recebido em dezembro de 2006 e aceito para publicação em fevereiro de 2007

O presente ensaio é uma revisão das obras “*Eurocracia e ideologia*”, de Tragtenberg (1980); “*Teoria das organizações: evolução e crítica*”, de Motta (1986); e “*A nova ciência das organizações*”, de Guerreiro Ramos (1989). O primeiro autor, ao fazer uma revisão histórica de teorias sociais e organizacionais, afirma que as teorias administrativas são ideologias. Motta (1986) realiza uma revisão semelhante à de Tragtenberg (1980), inclusive utilizando a obra deste como referência, e apresenta argumentos complementares. Já Guerreiro Ramos (1989) revisa diversos pensadores em busca de uma explicação que dê conta de que significado tem a razão para as ciências sociais. O argumento do autor é que este significado foi alterado ao longo do capitalismo e que as teorias organizacionais são ingênuas.

Nesta reflexão, pretendo mostrar que as duas idéias centrais apresentadas - a de que a teoria das organizações é ideológica (TRAGTENBERG, 1980) e ingênua (GUERREIRO RAMOS, 1989) – contribuem para se compreender a posição (ideologia) e os propósitos (instrumentos) das teorias administrativas ensinadas em cursos de graduação. Assim como Motta (1986), Tragtenberg (1980) sustenta seu argumento pelas teorias organizacionais e sociais; Guerreiro Ramos busca, na epistemologia das ciências sociais que fornecem as bases destas teorias, o significado e a transformação da razão ao longo dos últimos três séculos. Existem diversos fatos históricos, teorias e ideologias por trás do corpo das “ciências administrativas”. Não é mais surpreendente que as formações em nível de graduação e até mesmo de mestrado e doutorado ignorem tais pressupostos, uma vez que nesta ignorância é que foi construída a dita “ciência”.

Teoria como ideologia

Entendendo ideologia como um conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época, de determinado período histórico e que se constitui em instrumento de luta política (FERREIRA, 1999), pode-se compreender por que Tragtenberg (1980) considera que a Administração é uma ideologia.

A base do sistema de poder no século XIX, de acordo com Motta (1986), era formada por quatro instituições: as grandes potências, o ouro como padrão de uma organização econômica internacional unificada, o mercado auto-regulável e o Estado liberal. Dentre estas, o mercado auto-regulável é uma peça fundamental que, apesar de ter contribuído para a paz entre as nações européias, trouxe consigo uma contradição.

A subordinação do homem ao mercado significou em nível concreto a destruição das formas orgânicas de existência, substituídas, então, por um novo tipo de organização, de natureza individualista e atomizada. (...)

Em suma, para o trabalhador, a liberdade de trabalho, em que tanto insistiu o liberalismo, se traduziu na liberdade de trabalhar sob as condições do patrão ou morrer de fome. (MOTTA, 1986, p. 50)

Assim, Tragtenberg (1980) situa os primeiros teóricos de organizações no surgimento da indústria e do início da formação ideológica do liberalismo. Para este autor, as raízes das teorias administrativas estão em Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Marx.

A resposta à Revolução Industrial na Inglaterra, França e Alemanha será fornecida pelos teóricos Saint Simon, Proudhon, Fourier e Marx, que contestarão a nova ordem das coisas num nível global, ou seja, na procura de um modelo de sociedade global que seja a negação daquela que emergiu com a Revolução Industrial. (TRAGTENBERG, 1980, p. 62)

O primeiro deles, Saint-Simon, depositava todas as suas esperanças na classe industrial, que, por sua capacidade administrativa, deveria ser responsável pela riqueza pública. Deveriam se submeter à capacidade administrativa dos industriais, além da riqueza pública, a educação, a religião, as artes. Enfim, a sociedade em todos os seus aspectos somente encontraria tranquilidade pela ação administrativa. “Para ele (Saint-Simon), todos os povos devem passar do regime governamental, feudal e militar ao regime administrativo, industrial e pacífico [...]” (TRAGTENBERG, 1980, p. 66).

Já o segundo teórico, Fourier, apostava no estabelecimento de uma harmonia universal, que seria alcançada pelo controle das paixões humanas. Considerado um dos precursores das técnicas de dinâmica de grupo, ambicionava uma fórmula pela qual o elemento afetivo e a solidariedade social desenvolveriam um espírito de agrupamentos sociais, eliminando os males da sociedade, tais como o desprezo do rico pelo pobre, a economia de tempo e matéria-prima, etc. Conforme Tragtenberg (1980), Saint-Simon e Fourier são os últimos teóricos que propuseram soluções globais a curto prazo.

Ao contrário destes, Marx propôs uma filosofia da ação para constituição do proletariado como classe e a derrubada da supremacia burguesa, cuja condição existencial era a acumulação. Ao focar o trabalho como categoria central de conflito social, Marx denunciou a alienação e a transformação das relações mútuas entre produtores em relação social.

Karl Marx fornece uma visão sociológica finalista, que perpassa seu pensamento no nível de modelos macrossociais, surgindo como reação ao desafio da Revolução Industrial inglesa, onde a divisão manufatureira do trabalho como combinação de ofícios independentes, implica a concentração do processo produtivo, criando estruturas reificadoras do homem. (...) incidentalmente aborda o processo de burocratização da empresa, a patologia industrial, sem porém desenvolver sistematicamente uma teoria da organização formal. (TRAGTENBERG, 1980, p. 70)

Da mesma forma que Tragtenberg (1980), Motta (1986) retorna ao socialismo utópico na busca pelas raízes das teorias organizacionais. Para o autor, o otimismo encontrado nas teorias de Saint-Simon o mesmo levou a subjugar os riscos do confronto entre industriais e trabalhadores, uma vez que a sociedade industrial estaria baseada na conciliação de interesses. O prejuízo em números dos industriais em relação ao número de proletários seria resolvido pelo reconhecimento por parte dos últimos do saber técnico dos primeiros.

Em princípio, os trabalhadores não se subordinariam pela violência, mas por uma “inferioridade sentida”, que, paulatinamente tentariam superar com vistas a tratar com os industriais em bases iguais. (MOTTA, 1986, p. 52)

Em Fourier, Motta (1986) percebe uma excessiva ênfase psicológica na tentativa de solução dos problemas sociais. O afeto e a solidariedade seriam a base de uma sociedade equilibrada, na qual o trabalho seria prazeroso para todos. Além da ingenuidade psicológica, Motta (1986) aponta a pouca importância conferida às relações econômicas em Fourier, que imaginou que “os capitalistas pudessem de livre e espontânea vontade contribuir para a criação de uma sociedade igualitária” (MOTTA, 1986, p.53).

Robert Owen tinha uma visão ao mesmo tempo idealista e pragmática. Sendo um empresário preocupado com a construção da nova sociedade, sabia do papel central da manufatura nesta construção e alarmava-se com o fato de que a organização social da forma como estava estabelecida tenderia a destruir tradições e ceifar o auto-respeito do homem. Mesmo os capitalistas seriam afetados pela generalização da manufatura (MOTTA, 1986).

Owen entendia que a dependência da subsistência frente à fábrica era um problema não apenas econômico como também social e ético. Assumia que o trabalhador, embora explorado, estava melhor financeiramente sob o capitalismo. Sua preocupação era com os “efeitos perversos da industrialização, tais como a destruição do meio ambiente, da estrutura social da comunidade, dos ofícios e das relações com a natureza em geral” (MOTTA, 1986, p.55).

Segundo Motta (1986), sua filosofia (a de Owen) é uma das principais origens do sindicalismo e do cooperativismo, e uma dificuldade em seu pensamento é a abordagem exclusivamente social. A recusa na divisão da sociedade em esferas social e econômica impediu uma atuação política. “A utopia, no sentido comum ao marxista, consiste, portanto, em Owen, no não reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como força organizadora da sociedade, já que recusou o mecanismo de mercado desde o início” (MOTTA, 1986, p.55).

Já Proudhon ambiciona compreender as leis de evolução e funcionamento da sociedade, bem como seu devir social, através de uma ciência e análise experimental. Para este filósofo, a força coletiva em um grupo de

trabalhadores existe porque cada um dos membros tem características, níveis de produtividade e socialização diversos. Esta força coletiva cria idéias e valores que podem guiar a ação do grupo.

As dificuldades da tomada de consciência pela classe operária, segundo Proudhon, estão na alienação política e cultural do povo, produzida pela classe dirigente, e na atuação dos sindicatos de ofício. Além da exploração econômica, os trabalhadores sofrem alienação com relação à propriedade privada, que exclui qualquer apropriação de significado do trabalho. A proposta de Proudhon é, portanto, “criar instituições caracterizadas por novas relações sociais, que permitam aos indivíduos a reapropriação da dimensão política de sua prática social” (MOTTA, 1986, p. 57).

Ao revisar Marx, Motta (1986) se concentra na mais-valia. O autor explica que a mais-valia absoluta é o prolongamento do tempo de trabalho, para que o operário produza além do equivalente ao valor da sua força de trabalho. A mais-valia relativa é calculada pela divisão entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. O trabalho necessário é diminuído por técnicas de racionalização, tornando o tempo do trabalho excedente maior. Assim, o valor equivalente ao salário é produzido em tempo menor, sobrando mais tempo para a produção do excedente, que é apropriado pelo capital.

Enquanto a produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração diária do trabalho, a produção da mais-valia relativa pressupõe uma revolução nas técnicas de racionalização do trabalho. Estão, assim, demonstradas as condições que levam ao antagonismo entre capital e trabalho, diretamente; e ao binômio direção-execução, de forma menos direta, que toda a teoria das organizações procura ocultar. (MOTTA, 1986, p. 58)

Até aqui foram revisados vários autores que contestavam a ordem imposta pelo sistema capitalista a partir da Primeira Revolução Industrial. Evidentemente esta contestação obedece às inclinações teóricas e ideológicas de seus autores, por isso alguns não chegariam a realmente contestar a lógica do sistema. É o caso de Saint-Simon, que acreditava na forma como a sociedade estava organizada e confiava na capacidade industrial de solucionar os problemas sociais. De certa forma, suas idéias foram levadas a cabo, uma vez que, desde então, a indústria passou a prosperar, como as três fases que seguiram a Primeira Revolução Industrial irão mostrar. Fourier e Owen apontavam problemas na sociedade: o primeiro mais voltado para os problemas psicológicos e de relações; e o segundo preocupado com as consequências da exploração dos trabalhadores por parte dos industriais. Apesar de críticos quanto à sociedade em suas relações e formas de organização, nenhum deles questionava a existência do mercado e o modo de produção capitalista. Pelo contrário, muitas teorias e idéias que viriam a surgir no futuro estão embasadas na psicologia de Fourier e no assistencialismo de Owen.

Finalmente, Proudhon e Marx questionaram a sociedade em suas bases econômicas: o mercado. Viam no sistema capitalista uma ordem de exploração e dominação que funcionava a partir da divisão do trabalho, e suas obras representam as bases do socialismo. Ambos afirmavam a socialização dos meios de produção, mesmo assim, travaram uma polêmica: o marxismo defendia a tomada do poder pela classe operária como condição para o socialismo, enquanto que os ideais libertários de Proudhon defendiam coletivos autogestionários com autonomia em relação ao poder do Estado. De qualquer forma, esta polêmica influenciou a história do socialismo mundial (MOTTA, 1981).

A Segunda Revolução Industrial permite um aumento da dimensão da empresa, separando as funções de direção e execução em seu interior. Surgem os monopólios empresariais e o monopólio mundial da produção pela hegemonia norte americana. É neste momento que, segundo Tragtenberg (1980), ocorre uma mutação das teorias globais (Saint Simon, Fourier e Marx) para as teorias micro industriais.

Da mesma forma, Motta (1986) destaca o aumento do tamanho das empresas, o surgimento da teorização em nível micro e a separação entre funções de direção das de execução a partir da Segunda Revolução Industrial. Diretamente relacionado com este contexto, está o advento das escolas de Administração nos EUA e na Europa.

Da mesma forma que a produção em massa exige um número considerável de trabalhadores, exige, também, um número muito grande de administradores que planejem, organizem, coordenem, dirijam e controlem suas atividades. (MOTTA, 1986, p. 60)

Taylor é considerado o primeiro cientista da Administração. Seu método eminentemente empírico baseava-se em incentivos econômicos, cálculo de tempos e movimentos. Segundo Tragtenberg (1980), eram pré-requisitos para a aplicação do método de Taylor uma empresa com grande poder econômico e político, um sindicato débil, ausência de legislação social e grande oferta de mão-de-obra. O método Taylor desconhecia a existência de tensões entre personalidade e estrutura da organização.

Enfatizando os dois principais aspectos do método, Tragtenberg (1980) coloca em dúvida o aumento da produtividade apresentado por Taylor, uma vez que “é difícil saber se ele se deve à nova técnica de trabalho ou ao prêmio” (TRAGTENBERG, 1980, p. 77). Para o autor, a visão negativa do homem (preguiçosos, infantilizados e com baixo nível de compreensão) e o desconhecimento da fadiga nervosa, em Taylor, evidenciam o papel monocrático do administrador.

Outro nome da Escola Clássica, juntamente com Taylor, é Fayol. Este entendia a empresa como um conjunto de funções que tem como princípio organizador a hierarquia. A comunicação deve fluir do topo para a base, colocando em evidência a autoridade. Para Fayol, a concorrência é o fundamento da eficiência.

Tragtenberg (1980) analisa os esquemas de Taylor e Fayol e aponta a divisão mecânica do trabalho, a impessoalização e o sistema burocrático, e a transposição de disciplinas militares:

[...] as pessoas se alienam nos papéis, estes no sistema burocrático. [...] A decisão burocrática é absolutamente monocrática, havendo apenas um fluxo de comunicação. O empregado adota os mitos da corporação, que constitui uma atribuição de status e ao mesmo tempo cria-se um jargão administrativo esotérico. (Tragtenberg, 1980, p. 79)

Motta (1986) apresenta o taylorismo de forma semelhante a Tragtenberg (1980), inclusive utilizando passagens do último. Dentre estas estão o contexto de crescimento industrial e acumulação do capital nos EUA e os fatores condicionantes à implantação do taylorismo nas indústrias norte-americanas. O autor se concentra nas implicações e no significado da divisão do trabalho, entre os que pensam e os que executam.

Na realidade, o taylorismo tem por função essencial passar, para a direção capitalista do processo de trabalho, os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, que, de fato, até então, eram monopolizados pelo operário. (MOTTA, 1986, p. 62)

Destaca, também, o autor a presença de um ideal de formação humana em Taylor, um vínculo entre sua administração científica e um estilo de vida.

Mais importante, na análise de Motta (1986), é a crença de Taylor na inexistência de um antagonismo entre capital e trabalho. Para Taylor, “o sucesso da empresa é o sucesso do trabalhador” (MOTTA, 1986, p. 63). Portanto, o desenvolvimento de uma das partes está diretamente vinculado à outra. A autoridade nada mais é do que um imperativo técnico. De forma veemente, o autor critica tal posição e expressa a sua, claramente influenciada por Proudhon.

Na realidade, toda a tecnologia que possibilitou a construção da sociedade industrial está a serviço de uma forma específica de dominação econômica e política. É por essa razão que a construção de uma nova sociedade passa pelo desenvolvimento de tecnologias alternativas a partir da auto-organização social. (Motta, 1986, p. 64)

Para o autor, a separação do trabalho tem duas consequências: a separação do ambiente de trabalho em dois ambientes distintos (escritório e oficina); e a separação entre os funcionários em dois grupos sociais distintos (planejadores e executores), o que acaba gerando rivalidade. Estas duas consequências seriam o reflexo da

heteronomia que é inerente ao antagonismo capitalista. Para Motta (1986), este é o momento (separação do trabalho) em que tais antagonismos podem ser institucionalizados.

Apesar do efeito maléfico para o trabalhador, a separação do trabalho não provocou, em seu início, muitas reações, fato que pode ser explicado pela situação desfavorável no campo e o crescimento econômico industrial, que levaram as massas do meio rural em direção às fábricas. “(...) esses novos trabalhadores já conhecem o trabalho fabril degradado e o aceitam sem discussão” (MOTTA, 1986, p. 67).

O autor explica, em comparação ao ofício do artesão, os danos causados pelo trabalho fragmentado na indústria que substituiu aquele, e a importância do conhecimento aplicado ao trabalho, criticando o taylorismo.

As experiências de Taylor converteram-se num receituário de bem administrar, segundo o qual cabia a cada trabalhador seguir a regra ao pé da letra, a fim de receber o incentivo monetário relativo ao aumento da produção.

A idéia de harmonia implicava, como já frisei, na noção que tais práticas privilegiariam trabalhadores tanto quanto empregador. A ciência seria a grande responsável pelo fim do conflito industrial. (MOTTA, 1986, p. 70)

Uma nova fase altera novamente as configurações organizacionais e de trabalho. A automação desloca a função produtiva para a de controle, eliminando a possibilidade da hierarquia simples da Escola Clássica. A necessidade agora é de cooperação e comunicação. Começam a surgir grandes corporações nos EUA e na Grã Bretanha. Tragtenberg (1980) destaca que, neste momento, na sociedade norte americana, os problemas econômicos mais imediatos estão resolvidos, o que abre espaço para o atendimento dos problemas humanos. É quando aparece a Escola das Relações Humanas, que tem como principal teórico Elton Mayo.

Mayo considera que “a direção não é função unificada da organização e coordenação, e sim, ponto de união em que se combinam exigências políticas e funcionais da empresa” (TRAGTENBERG, 1980, p. 81). A ênfase desta abordagem é a cooperação, a formação de um grupo social pela aceitação de diretrizes da administração, que não ignora nem soluciona o conflito industrial. Para Mayo, os conflitos industriais são meros desajustes e não um conflito de lógicas, e uma das formas de prevenir o conflito é promover a (falsa) participação do funcionário.

A ideologia da harmonia administrativa iniciada por Taylor, reafirmada por Fayol, é continuada por Mayo, na sua preocupação em evitar os conflitos e promover o equilíbrio ou um estado de colaboração definido como saúde social. (TRAGTENBERG, 1980, p. 83)

Assim, Tragtenberg (1980) afirma que a Escola Clássica era menos alienada, pois não considerava a moral do trabalhador, apenas os salários. Esta Escola utiliza o autoritarismo para atingir a harmonia, o mesmo objetivo que a Escola das Relações Humanas busca pela Psicologia. A última, de forma cínica, afirma uma preocupação com o trabalhador.

Conforme Tragtenberg (1980), foi acentuando a importância da informalidade no trabalho que Mayo abriu espaço para a crítica do estruturalismo.

[...] a abordagem estruturalista inicia-se sistematicamente com algumas perspectivas lançadas por Marx, analisando a empresa oriunda da Primeira Revolução Industrial e continuada sistematicamente por Max Weber na análise da empresa, produto da Segunda Revolução Industrial. (TRAGTENBERG, 1980, p. 83)

Da mesma forma, a importância atribuída por Mayo à comunicação na empresa, considerada como um sistema integrado, levou ao surgimento da teoria dos sistemas.

O avanço tecnológico e a maior necessidade de comunicação entre operários de controle levaram ao surgimento das técnicas de cooperação de Elton Mayo. Para Motta (1986), as análises de Mayo eram análises do pequeno grupo, a fábrica está isolada da sociedade industrial e o objetivo é o consenso no pequeno grupo: “a autoridade

formal deve dar lugar a técnicas de persuasão” (MOTTA, 1986, p. 76). Uma vez que o foco da Escola das Relações Humanas está no grupo informal de trabalho e sua influência nos trabalhadores, a persuasão deve atingir estes grupos.

Concordando novamente com Tragtenberg (1980), Motta (1986) subordina a psicologia ao econômico.

Na verdade, as interpretações psicológicas, por mais importantes que sejam, intervêm apenas sobre pontos particulares, para explicar novas formas de dominação. Todavia, há um alto grau de evolução da produção em que os fatores ideológicos assumem uma importância acentuada. Daí a intervenção acentuada do poder econômico no nível de controle ideológico e de domínio psicológico sobre os membros da organização. (MOTTA, 1986, p. 78)

Esta intervenção acentuada do poder econômico foi também responsável pela diminuição do foco de análise das teorias sociais, que passaram da organização da sociedade e das relações sociais e suas vinculações com o modo de produção, para organizações produtivas que fazem parte de uma realidade incontestável. Os teóricos sociais que responderam à Primeira Revolução Industrial obedeciam às suas orientações, sendo elas contra ou a favor do sistema de produção capitalista e o mercado. Entretanto, a partir da Segunda Revolução Industrial, as teorizações estão restritas a uma orientação ideológica, e por este motivo não podem contemplar a totalidade do sistema em que estão inseridos.

A Teoria Geral da Administração é ideológica, na medida em que traz em si a ambigüidade básica do processo ideológico, que consiste no seguinte: vincula-se ela às determinações sociais reais, enquanto técnica (de trabalho, administrativo, comercial) por mediação do trabalho; e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia. (Tragtenberg, 1980, p. 89)

Ou seja, a Teoria Geral da Administração nasce nas determinações sociais reais com as teorias de Saint-Simon, Fourier e Marx - como resposta à Primeira Revolução Industrial; mas se afasta destas determinações a partir de Taylor e Fayol - direcionando-se ao advento da eletricidade na Segunda Revolução Industrial. Já as Escolas das Relações Humanas, Estruturalista e Sistêmica correspondem aos dilemas sociais atuais. Este movimento se fecha em si mesmo e deforma o real, representando “interesses de determinados setores da sociedade que possuem o poder econômico-político” (TRAGTENBERG, 1980, p. 89).

Ciência ingênua

A administração é uma ciência social aplicada. Para se constituir em um corpo teórico ideológico e limitado em seu alcance epistemológico, teve que ser sustentada por uma ciência ingênua, ou também ideológica. Guerreiro Ramos (1989) realiza, da mesma forma que Tragtenberg (1980) e Motta (1986), uma revisão histórica. O autor busca, a partir de vários outros autores das ciências sociais, uma conceituação de razão e racionalidade que sustente a perda do sentido antigo do significado da razão, de distinção entre bem e mal, falso e verdadeiro. O objetivo do autor é identificar a epistemologia da ciência social, sob a hipótese de que esta ciência se “fundamenta numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 2). Esta hipótese está vinculada à sua idéia que abre o livro “A Nova Ciência das Organizações”, qual seja, a de que a teoria das organizações é ingênua. Por se apoiar em pressupostos ingênuos, a teoria é também pouco prática e inoperante.

O autor denomina o movimento de perda do sentido original da razão de “transavaliação da razão”, que “caracteriza o perfil intelectual de escritores que têm tentado legitimar a sociedade moderna exclusivamente em bases utilitárias” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 3). Assim, a noção de razão foi apropriada para tornar-se compatível com a estrutura normativa da sociedade moderna.

O primeiro autor revisado é Max Weber, que realizou uma análise sociológica funcional.

Ele escreveu muito sobre o mercado como a mais eficiente configuração para o fomento da capacidade produtiva de uma nação e para a escalada de seu processo de formação de capital. Mas, ao voltar-se para o mercado e para sua lógica específica, é evidente que nenhum fundamentalismo mancha sua investigação. [...] descreve essa lógica (da qual a burocracia é uma das manifestações) como um complexo heurístico em afinidade com uma forma peculiar de sociedade – o capitalismo, ou a moderna sociedade de massa. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 4)

Apesar de rejeitar a “transavaliação da razão”, Weber se recusou a basear sua análise sobre a indignação moral e isso caracteriza sua análise como funcional, segundo Guerreiro Ramos (1989). Possivelmente por este motivo, realizou a distinção entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva.

(...) a racionalidade formal e instrumental (Zweckrationalität) é determinada por uma expectativa de resultados, ou fins calculados. A racionalidade substantiva, ou de valor (Wertrationalität), é determinada independentemente de suas expectativas de sucesso e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na consecução de um resultado ulterior a ela. (WEBER apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 5)

Se baseando em Weber, Karl Mannheim distingue racionalidade substancial e funcional. A primeira é “um ato de pensamento que revela percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos, numa situação determinada” (MANNHEIM apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 6). Tais atos constituem a base da vida humana ética tornando possível uma vida orientada por “julgamentos independentes”, nas palavras do autor. Já a segunda “diz respeito a qualquer conduta, acontecimento ou objeto, na medida em que este é reconhecido como sendo apenas um meio de atingir uma determinada meta” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 6).

A denúncia de Mannheim é o fato de a racionalidade funcional, que em outras sociedades era restrita a esferas limitadas, abranger vários aspectos da vida humana, tolhendo sua autonomia.

Ao revisar os teóricos da Escola de Frankfurt, Guerreiro Ramos (1989) observa a racionalidade como instrumento de repressão social, ao invés de razão verdadeira. Um deles, Horkheimer, se preocupa com o papel da linguagem na sociedade moderna: “o indivíduo moderno perdeu a capacidade de usar a linguagem para transmitir significações. É capaz, preferentemente, de exprimir propósitos.” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 10). Para Guerreiro Ramos (1989), Horkheimer demonstra que o deslocamento da razão e sua transformação em atributo da sociedade tornam impossível a ciência social.

Outro autor da Escola de Frankfurt revisado é Habermas. Este autor, baseado em Fichte, elaborou uma tipologia de interesses cognitivos:

a) ciências (ciências naturais) cujo interesse cognitivo é o controle técnico sobre processos objetificados; b) ciências cujo interesse cognitivo é uma preservação e expansão da intersubjetividade da possível compreensão mútua orientada para a ação; c) ciências subordinadas ao interesse cognitivo emancipatório, isto é, que devem ser consideradas como instrumentais na estimulação de capacidade humana para a auto-reflexão e a autonomia ética. (HABERMAS apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 12).

Em Habermas, uma teoria crítica da sociedade deve ter como interesse orientador a emancipação do homem, entretanto, conforme afirma Guerreiro Ramos (1989), na ciência social estabelecida, o interesse orientador é o controle técnico. O critério de validade para as ciências é a eficiência no controle da realidade.

Concluindo sua revisão, Guerreiro Ramos (1989) passa da ingenuidade da teoria das organizações para o caráter de credo das ciências sociais. As ciências sociais estão embasadas em um propósito que não mais responde às demandas da sociedade.

Na verdade, a ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade, o mantiveram dentro de limites definidos. O que agora

debilita a validade teórica da moderna ciência social é sua falta de compreensão sistemática da natureza específica de sua missão. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 22)

Os mais variados problemas que enfrenta a sociedade atualmente deixam evidente, na visão do autor, que a autodefinição das sociedades ocidentais como portadoras da razão é constantemente “solapada”. O autor convoca para uma nova busca intelectual, centrada na razão, que é o “conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 23).

Assim, a racionalidade instrumental de Weber, ou a funcional de Mannheim não podem ser consideradas razão, no seu sentido original. À medida que as teorias organizacionais se posicionaram ideologicamente, as ciências sociais identificaram novas categorias que procuraram explicar e até mesmo justificar este movimento que não tem nenhum propósito de avaliação, ponderação, bom senso, prudência ou qualquer outro que esteja associado ao sentido original da razão (FERREIRA, 1999).

Acerto de contas

As revisões da obra de Tragtenberg (1980) e Motta (1986) deixam claro três momentos importantes na evolução do capitalismo e nas teorizações sociais e organizacionais. O primeiro momento é a Primeira Revolução Industrial e o início da ideologia liberal, a partir de meados do século XVIII. Neste período, as teorizações eram macrossociais, nas palavras de Tragtenberg (1980). Em meio a um relativo acúmulo de capital industrial e grande crescimento das empresas, especialmente na Europa e EUA, inicia-se a Segunda Revolução Industrial. Neste momento, fins do século XIX, a necessidade é de controle e aumento da produtividade, e não por acaso aparecem métodos que satisfaçam tais necessidades: os de Taylor e Fayol. Encaminhado o modo de produção capitalista, as outrora grandes empresas passam, com a crescente acumulação, ao status de corporações, e o controle antes exercido pela autoridade exige uma nova configuração. O aumento da empresa e sua hierarquização demandam mais efetividade na comunicação e isto requer cooperação entre trabalhadores e controladores. É quando as ciências administrativas se apropriam de conceitos oriundos da Psicologia, incluindo teorias de cooperação e participação de funcionários: o que dá origem à Escola das Relações Humanas. A partir de então, duas outras grandes vertentes ainda terão lugar no corpo da Administração, as teorias estruturalistas e de sistemas.

Estas três fases apontadas podem corresponder a uma evolução se analisadas pela ótica do modo de produção e acumulação capitalistas. De fato, assim são ensinadas no curso de graduação em Administração. De forma crescente, a acumulação e o aumento de produtividade orientaram as teorias que formam o corpo teórico da Administração em direção ao crescimento econômico. Entretanto, existem diferenças que podem ser encontradas se analisadas essas teorias a partir dos primeiros teóricos apresentados por Tragtenberg (1980) e Motta (1986).

Dentre estes teóricos, estudiosos da sociedade, podem-se encontrar, ainda, diferenças quanto à orientação político-ideológica. Um deles, em consonância com o estabelecido (Saint-Simon), outros dois, críticos com as consequências do modo de produção, que poderiam ser modificadas ou atenuadas (Fourier e Owen), e os últimos (Proudhon e Marx), críticos quanto ao modo de produção. Ou seja, existia espaço no corpo das ciências sociais para teorias de diferentes orientações.

Estas diferenças não aparecem na segunda e na terceira fases, especificamente, nas Escolas Clássica e de Relações Humanas. Em nenhuma delas aparecem opiniões distintas entre seus teóricos ou que contrariem a forma de produção vigente. Muito pelo contrário, tais teorias são desenvolvidas em função da produção capitalista, com o objetivo de aumentar a produção e a acumulação. Assim, confirma-se a afirmação de Tragtenberg (1980) de que a Teoria Geral da Administração é ideológica, uma vez que teóricos de outras vertentes ideológicas não entram em seu escopo.

Aqui está a importância da consideração de teorias sociais anteriores à chamada Escola Clássica na análise das organizações. Sem estas referências, tais constatações não são possíveis, o que pode explicar, pelo mesmo

argumento, a ausência destas na grande maioria dos livros de Teoria Geral da Administração. Se fossem situadas as teorizações organizacionais a partir de suas raízes no curso de graduação, os estudantes compreenderiam onde, como, quando e por que nasceu a Administração, o que permitira uma postura crítica em relação aos propósitos das teorias que estudam e da atividade que almejam exercer. Entretanto, os cursos de graduação permanecem ocultando o movimento histórico que fez surgir as teorias administrativas, deixando seus estudantes sem possibilidades de questionar e contribuir com o conhecimento que adquirem, aquilo que Guerreiro Ramos chamou de “transavaliação da razão”.

Este autor deixou claro, ao revisar os principais teóricos da sociedade no último século, que existe uma preocupação com os diferentes significados e a “utilidade” da razão. A tradição kantiana e iluminista da razão como capacidade humana de valoração e crítica tem sido abandonada para ceder lugar à razão instrumental, que passa a ser denominada racionalidade a partir de Weber. Ao invés de afirmar a autonomia do homem e o livre arbítrio para julgar, emancipar e definir, a razão foi, ao longo dos últimos séculos, transformada em instrumento de repressão e controle social. Coincidência ou não (para uma ciência ingênua provavelmente sim), o controle como finalidade, que aparece na “transavaliação da razão”, aparece também na raiz da Teoria Geral da Administração, e como visto na passagem da Escola Clássica para a de Relações Humanas, é reproduzido, não eliminado.

Uma vez que a ciência social passou do primeiro para o segundo nível de análise, tornou-se ideológica, ou seja, as ciências sociais ao teorizarem em nível micro, ou no nível organizacional, libertaram-se dos desígnios da razão que constituíram sua motivação primeira e orientaram-se por uma determinação estritamente instrumental e econômica. Talvez seja essa a distinção que Donaldson (2005), astutamente neutro, quis expressar ao afirmar que "o futuro dos estudos organizacionais está na possibilidade de sucessivas gerações fazerem progresso, deixando a ciência para as ciências sociais" (DONALDSON, 2005, p. 1085). Este autor, defendendo a separação entre os estudos organizacionais e as ciências sociais (ou entre organização e sociedade), representa de forma fiel o ensino e a Teoria Geral da Administração, ao defender idéias de generalização, quantificação, determinismo, benefícios instrumentais, desempenho, competição e ajustamento às contingências.

O melhor desempenho das organizações proporciona recursos excedentes. As organizações utilizam esse excedente para expandir, aumentando suas variáveis contingenciais, como tamanho, e ao mesmo tempo mantendo sua estrutura [...]. (DONALDSON, 2005, p. 1072)

Ora, exatamente aquilo que está sendo denunciado aqui e pelos autores brasileiros revisados, o que reforça todos os argumentos.

O pequeno impacto na literatura mundial produzido por estudiosos de organizações que rejeitam o positivismo e o simultâneo crescimento de pesquisadores e, principalmente, o grande numero de publicações que seguem esta linha (DONALDSON, 2005) comprovam que, não somente no século XIX, mas, ainda hoje, o livre mercado é a base do sistema de poder (MOTTA, 1986) e determina a ciência social (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Tanto teoria quanto prática relacionadas à sociedade encontram a mesma raiz, a que determinou a “transavaliação da razão”, a ingenuidade das ciências sociais, e criou a ideologia das teorias administrativas: o livre mercado. Os autores brasileiros revisados indicam que é somente recuperando o sentido original da razão e desvendando ideologias (como Motta se refere à obra de Tragtenberg) que será possível construir um corpo teórico adequado à realidade, e acertar as contas com teorias ideológicas a serviço da dominação e com ciências convenientemente ingênuas.

Bibliografia

- DONALDSON, Lex. Following the scientific method: how I became a committed functionalist and positivist. **Organization Studies**, v. 26, n. 7, p. 1071-1088, 2005.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI**. Versão 3.0. Editora Nova Fronteira, 1999. CD-ROM.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**. São Paulo: FGV, 1989.
- MOTTA, Fernando Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- MOTTA, Fernando Prestes. **Burocracia e autogestão** (a proposta de Proudhon). São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1980.